

# **ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: A RELEVÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO ÀS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES**

*SOLIDARITY ECONOMY AND COOPERATIVISM: THE RELEVANCE OF PUBLIC POLICIES TO ENCOURAGE TECHNOLOGICAL INCUBATORS FOR POPULAR COOPERATIVES*

*ECONOMÍA SOLIDARIA Y COOPERATIVISMO: LA RELEVANCIA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCENTIVOS A LAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES*

André Francisco Domingues de Souza<sup>1</sup>  
André Pablo Xangai Pinheiro Silva<sup>2</sup>  
Eduarda Aparecida Domingues Chimenes<sup>3</sup>  
Jeferson Teodorovicz<sup>4</sup>

## **Resumo**

O presente artigo pretende demonstrar a importância dos empreendimentos solidários em um cenário de desemprego crescente e miserabilidade. Para isso, após um breve resgate da origem da economia solidária, seu conceito e como foi recepcionada no Brasil, será feita uma análise das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. A estratégia metodológica, embora em grande parte se baseie em revisão bibliográfica e de dados, também encontra caminho em uma investigação empírica, pois se considera de essencial relevância compreender a visão dos profissionais envolvidos com a prática das incubadoras. Por esse motivo, seus modos de atuação serão analisados para construir uma percepção mais apurada do fenômeno, de sua relevância e de sua efetividade social para os envolvidos em empreendimentos solidários. Esses empreendimentos envolvem a participação dos trabalhadores nas decisões do empreendimento, a cooperação no empreendedorismo, as relações com o entorno e as boas condições de trabalho que, por sinal, repercutem positivamente na vida de todos os envolvidos. Dessa forma, concluiu-se, após análise teórica e empírica, que os empreendimentos de economia solidária investigados se mostraram eficazes naquilo que se propuseram, conforme se pôde analisar no exemplo investigado da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, vinculada à Universidade Federal do Paraná. Essa experiência demonstra a possibilidade de políticas públicas pautadas nessa estratégia de trabalho, que viabilizam a emancipação e a inclusão social da população frequentemente excluída do mercado formal de trabalho, considerando também a efetividade e o baixo custo dessas propostas.

**Palavras-chave:** economia solidária; políticas públicas; incubadoras tecnológicas de cooperativas populares; cooperativas.

## **Abstract**

This article aims to demonstrate the importance of solidarity enterprises in a scenario of growing unemployment and poverty. After a brief review of the origins, concepts and reception of the solidarity economy in Brazil, this study will conduct an analysis of the technological incubators of popular cooperatives. The methodological strategy, although largely based on bibliographic and data review, also finds its way into the empirical research,

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela UFPR. E-mail: andrefrancisco36@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Direito pela UFPR. E-mail: dre7370@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Direito pela UFPR. Pós-graduanda em Prática Penal pelo Grupo Minas On-line. Advogada criminalista. E-mail: adveduardadmg@gmail.com

<sup>4</sup> Pós-Doutorado em Direito pela UNB. Doutorado em Direito Econômico e Financeiro pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialização em Gestão Contábil e Tributária pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor do Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Governo da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPG – Brasília). <https://orcid.org/0000-0003-1018-6438>. E-mail: jeferson.teodorovicz@fgv.br

since it is considered essential to understand the vision of the professionals involved in the incubators. To this end, the research examines their ways of acting to construct a more accurate perception of the phenomenon and its relevance and social effectiveness for those involved in solidarity projects. These projects require the participation of workers in decisions, cooperation in entrepreneurship, relations with the environment and good working conditions that have a positive impact on the lives of all those involved. This paper concludes, after theoretical and empirical analysis, that the studies of the solidary economy have proved them effective in what they have proposed, as it could be evaluated in the most studied example of the Technological Incubator of Popular Cooperatives, linked to the Federal University of Paraná. This experience demonstrates the possibility of public policies based on this work strategy that allow the emancipation and social inclusion of the population excluded from the formal labor market, while considering the effectiveness and low cost of these proposals.

**Keywords:** solidarity economy; public policy; technological incubators of popular cooperatives; cooperatives.

## Resumen

Este artículo pretende demostrar la importancia de las compañías solidarias en el escenario de desempleo creciente y de miserabilidad. Para ello, después de un breve repaso por el origen de la economía solidaria, su concepto y la forma en que fue recibida en Brasil, se realizará un análisis de las incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. La estrategia metodológica, aunque basada en gran medida en la revisión bibliográfica y de datos, también encuentra su camino en la investigación empírica, ya que se considera esencial comprender la visión de los profesionales involucrados con la práctica de las incubadoras. Por ese motivo, serán analizados sus modos de acción, para construir una percepción más precisa del fenómeno y de su relevancia y eficacia social para quienes participan en empresas solidarias. Esos emprendimientos que implican la participación de los trabajadores en las decisiones de la empresa, la cooperación en el emprendimiento, las relaciones con el medio ambiente y las buenas condiciones laborales que, de hecho, tienen un impacto positivo en las vidas de todos los involucrados. Así, se concluyó, después de los análisis teóricos y empíricos, que las empresas de economía solidaria investigadas resultaron efectivas en las propuestas a través de las cuales fueron creadas, como se pudo analizar en el ejemplo investigado de la Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, vinculada a la Universidad Federal de Paraná. Esa experiencia demuestra la posibilidad de políticas públicas basadas en esa estrategia de trabajo y que permitan la emancipación y la inclusión social de la población frecuentemente excluida del mercado laboral formal, considerando también la efectividad y el bajo costo de estas propuestas.

**Palabras clave:** economía solidaria; políticas públicas; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; cooperativas.

## 1 Introdução

A economia solidária tem sido construída gradativamente, como uma resposta direta à busca por formas alternativas e complementares aos fluxos de trabalho tradicionalmente praticados no mercado. A economia tradicional de livre mercado e de livre concorrência, não obstante seus méritos, ainda não foi capaz de resolver problemas sociais centrais e ainda perseverantes na sociedade atual. Por esse motivo, de forma paralela ou complementar à própria economia tradicional de mercado, surgem diferentes formas de organização econômica, pautadas, não raras vezes, em princípios alternativos ou pelo menos complementares (que inspiram valores sociais e humanistas) para — pelo menos — parcela da sociedade, especialmente aquela preterida economicamente e que teria menores chances de êxito na lógica econômica competitiva tradicional (Singer, 2002).

Crises estruturais, como a que ocorreu na pandemia do covid-19, por exemplo, aprofundam as mazelas sociais e trazem em seu entorno o estigma cada vez mais profundo de

exclusão social de razoável parcela da sociedade, especialmente pela elevação das taxas de desemprego e de índices crescentes de pobreza e miserabilidade. Conforme dados obtidos no Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) do panorama social da América Latina, nos anos de 2020 e 2021, a pobreza extrema alcançou 86 milhões de latino-americanos (Pobreza..., 2022). No Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a extrema pobreza ainda atingia 12,7 milhões de pessoas em 2022 (Gomes, 2023). Ainda segundo o IBGE, no cenário brasileiro atual, o desemprego no país no terceiro trimestre de 2023 chegou a 7,7%, com 8,3 milhões de desempregados (Desemprego..., 2024). Mesmo que seja o menor patamar desde 2014, contra a taxa de 9,6% do ano de 2022, tais circunstâncias ainda não permitem dizer que foi efetivamente superada a crise econômica e social que assola o país nos últimos anos.

É justamente nessa lógica de enfrentamento à crise que ainda perdura no Brasil que a economia solidária encontra oportunidade de fortalecimento, especialmente por viabilizar, mesmo que em impacto mais restrito e setorial, o cooperativismo e a união colaborativa. Essa união visa o fortalecimento desse grupo na própria lógica do mercado tradicional, ainda que parta de premissa metodológica e principiológica diversa, já que, nesse caso, “(...) os participantes da atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (Singer, 2002, p. 9). Em outras palavras, a solidariedade na economia propõe condições igualitárias aos que se associam para produzir, vender, consumir ou poupar.

A economia solidária permite a reinserção no mercado de trabalho das massas excluídas, por meio das associações, das cooperativas e das empresas solidárias. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são uma forma de atuação e, conforme se demonstrará, a possibilidade de sua implementação como uma política pública soa como saída viável e palpável no atual cenário, haja vista a sua efetividade, baixo custo e resultados promissores.

## **2 Economia solidária**

### **2.1 Origens e conceito**

Para se obter uma aproximação terminológica e estrutural do fenômeno da economia solidária, é necessário reconhecer a conveniência de se adotar como marco teórico a contribuição de estudiosos que reconhecidamente contribuíram para o aperfeiçoamento do tema, a exemplo de Paul Singer. Nesse contexto, o referido autor expõe, inicialmente, que a economia solidária surgiu como uma reação à onda de empobrecimento dos artesãos gerada

pela Revolução Industrial. Dessa forma, a economia solidária apresenta os socialistas utópicos Owen, Fourier e Saint-Simon como precursores do cooperativismo revolucionário na Europa, já que buscavam evidenciar a ligação essencial da economia solidária com a crítica social e operária do capitalismo (Singer, 2002; Singer, 2022; Paula *et al.*, 2011).

Assim, foram criadas sociedades cooperativas e cooperativas de produção, que, além de abarcar os trabalhadores desempregados, serviam de pressão popular para conseguir melhores condições de trabalho. Retratando esse período, Cole aponta que:

Tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançassem em competição com seus empregadores à bases de planos de produção cooperativa (Cole, 1944, p. 24).

As comunidades e aldeias cooperativas criadas na Inglaterra e nos Estados Unidos, no século XIX, não conseguiram manter-se por muito tempo devido à forte reação patronal e hostilidade do governo. A cooperativa de consumo mais famosa, denominada de Pioneiros Equitativos de Rochdale, criou uma carta de princípios que inspira o cooperativismo até os dias atuais (Lechat, 2002).

Noëlle Marie Paule Lechat (2002), em palestra (posteriormente publicada) denominada “As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil”, aponta três momentos da economia social europeia:

- 1) as décadas de 30 e 40, do século XIX, que marcam a transformação da regulação do trabalho de corporativo ao concorrencial, em que as sociedades e cooperativas foram criadas pelos operários ou artesãos que se negavam a se tornar proletários. Essas associações sofreram forte repressão a partir de 1948;
- 2) a modernização da agricultura e dos recursos naturais, causada pela crise dos anos 1873-1895. Nesse contexto, os pequenos agricultores socorreram-se por meio das cooperativas de poupança e agrícolas. Lechat também aponta a depressão econômica dos anos de 1929-1932, provocada pela crise da regulação concorrencial, que levou à intervenção estatal e a implementação de políticas econômicas e sociais;
- 3) a segunda metade da década de 70, devido a uma nova crise do capitalismo que culminou no desemprego e fechamento de empresas, gerando uma situação dramática à classe trabalhadora. A partir dos anos de 1977, até 1984, os trabalhadores, sob o apoio de alguns sindicatos progressistas, buscaram criar empregos por meio de empresas autogeridas.

Na década de 1980, introduziu-se uma nova concepção de economia social, graças ao aparecimento de numerosos movimentos sociais e éticos, bem como à nova relação entre homem, meio ambiente e economia. A queda do muro de Berlim marcou o advento de utopias voltadas ao comunitarismo, ecologia, solidariedade e voluntarismo. De acordo com Defourny:

[...] quando esse movimento começou a decrescer, realizou-se em toda a Europa, mais ou menos ao mesmo tempo, que mesmo se esta realidade é muito importante, ela fica quantitativamente restrita. Então, uma série de pesquisadores pensou em alargar seu campo de estudo ao associacionismo. Pois havia muita coisa em comum entre as cooperativas de trabalho autogestionadas e as associações. Então estes economistas descobrem que as associações não pertencem unicamente à esfera sócio-cultural, mas fazem também parte da economia de não mercado. E para unir essas duas realidades, o termo economia social era muito apropriado (Defourny, 2001).

Embora a economia solidária e a economia social tenham as mesmas raízes históricas, ambas não se confundem, haja vista que se diferem quanto ao objetivo e à organização. Para realizar essa diferenciação, é necessário tecer breves considerações quanto ao conceito de economia solidária.

O conceito de economia solidária não é unívoco (Iaskio, 2007a), posto que muitos pensadores a referenciam como “economia popular solidária”, “economia popular” ou “socioeconomia solidária”. Ao refletir sobre a multiplicidade de conceitos, Marcos Arruda explica que nada mais é do que uma tentativa de recuperar o sentido original da palavra economia, que, no grego, significa gestão (Arruda, 2003).

Nas palavras de Paul Singer,

[...] a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (Singer, 2002, p. 10).

Liana Carleial, por sua vez, ao definir a economia solidária, enfatiza os empreendimentos econômicos e os princípios que unem os trabalhadores:

Por Economia Popular Solidária compreende-se uma pluralidade de tipos de empreendimentos econômicos, resultantes da associação voluntária de pessoas. Esses empreendimentos, que assumem formas variadas de organização (cooperativas, associações, grupos) pautam-se pela gestão coletiva, a propriedade comum dos meios de produção e as relações de trabalho normatizadas pelos princípios de autogestão, participação, cooperação, desenvolvimento humano e igualitarismo (Carleial, 2003, p. 05).

Nesse aspecto, Valmor Schiochet complementa sobre a conceituação e bases da economia solidária:

Economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. O professor Paul Singer costuma sublinhar as duas especificidades que, em sua visão, fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão, e, por outro lado, a prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos. O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (Schiochet, 2009, p. 55-59).

Ainda, a partir de competente levantamento bibliográfico dedicado à conceituação de economia solidária, Iaskio oferece uma caracterização geral do fenômeno:

A economia solidária, portanto, pode ser caracterizada como toda forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços com vistas à geração de trabalho e renda. Sua especificidade consiste na propriedade coletiva dos meios de produção, na associação livre e voluntária e na autogestão (Iaskio, 2007a, p. 54).

Acrescenta:

A economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda. Essa organização deve ser pautada em princípios de solidariedade e de autogestão. Entre os empreendimentos de economia solidária estão as cooperativas, as associações, as empresas autogestionárias e qualquer outro empreendimento cujas características conferem com o as descritas (Iaskio, 2007a, p. 59).

Logo, em linhas gerais, a economia solidária consiste no trabalho associado, cujos trabalhadores se associam livremente para produzir e/ou comercializar bens, ou serviços, para gerar trabalho e renda. Esses modelos de associações diferem por se organizarem a partir da autogestão e pela propriedade coletiva dos meios de produção. O exercício da autogestão permite que os trabalhadores tenham uma visão estrutural de tudo o que acontece dentro da associação ou cooperativa, incluindo seus problemas e projetos, posto que todas as questões são decididas democraticamente por meio de assembleias (Singer, 2002).

Por outro lado, na economia social, segundo Emerson Leonardo Schmidt Iaskio, as cooperativas e associações têm como principal finalidade a prestação de serviços à sociedade de forma filantrópica, tendo uma separação nítida dos benfeitores e dos beneficiados (Iaskio, 2007a). Evidentemente, considerando algumas diferenças pontuais, há semelhanças evidentes

entre os institutos, especialmente no caráter social (e enraizado na solidariedade) enfatizado nesses empreendimentos. De qualquer forma, firmadas algumas diferenças pontuais entre os dois institutos, revela-se conveniente seguir a análise da economia solidária, o foco deste trabalho.

## 2.2 Economia solidária no Brasil

No Brasil, diferentemente das experiências na Europa e nos Estados Unidos — onde a economia solidária surgiu como reação do povo frente às mazelas do capitalismo liberal clássico no século XIX —, as cooperativas foram trazidas pelos imigrantes europeus e adotadas, inicialmente, pelas empresas. As primeiras cooperativas brasileiras, de acordo com Paul Singer (2002; 2022), tomaram a forma de cooperativas de consumo e cooperativas agrícolas, nenhuma, porém, autogestionária.

A economia solidária só surge de fato com a crise social nas décadas de 1980 e 1990 (Razeto, 1993), por meio de associações ou cooperativas produtivas. Singer aponta como exemplo a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que financiou milhares de Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Boa parte dessas PACs foram convertidas em cooperativas baseadas nos princípios da economia solidária.

Ainda, sobre o percurso histórico da economia solidária no Brasil, vale lembrar a contextualização de Schiochet:

No Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos(as) trabalhadores(as) à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, ganha visibilidade na década seguinte quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora. A resposta dos(as) trabalhadores(as) e comunidades empobrecidas passa a ter caráter emancipatório. Foi uma agenda política sustentada em práticas econômicas concretas: trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas. Estes são alguns exemplos da prática da economia solidária no país. Entende-se aqui que a economia solidária configura uma proposta socializante e democrática dos movimentos sociais para a “questão social”, assentada no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas (universalidade constitucional de direitos em 1988) e o crescente desemprego e exclusão social decorrentes da opção neoliberal para superar a crise de acumulação capitalista. Essa “questão social” caracteriza a conjuntura nacional na década de 1990. Após a derrota do projeto democrático popular em 1989, com perspectivas de reformas estruturais profundas, assistimos ao descenso da luta de massas, à desmobilização e à fragmentação do movimento sindical e dos movimentos sociais.

No âmbito da ação do Estado, sua reorganização ao fazer frente às exigências da crise da acumulação do capital significou a implementação de políticas explícitas de crescente transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro, e consequente redução da responsabilidade pública para a questão social. Então, aquilo que se chamou de “Estado mínimo”, nada mais foi do que um Estado máximo para o capital, na sua capacidade de transferência de recursos públicos da sociedade para um determinado setor da economia, mais estrangeiro do que propriamente nacional, e mínimo para atender aos direitos do povo e prover a nação de um projeto de desenvolvimento. Portanto, uma conjuntura permeada por desemprego, precarização, exclusão, desigualdade, descenso da luta social e política neoliberal compõe o contexto da expansão da economia solidária, das experiências econômicas concretas, de empreendimentos econômicos solidários, e da crescente opção dos movimentos sociais, sindical, universidades e organizações populares por uma nova forma de luta social a partir da organização econômica das pessoas (Schiocet, 2009, p. 55-56).

Foi notória, nesse período, a transformação das empresas falidas em cooperativas autogestionárias, processo realizado pelos próprios trabalhadores que buscavam se defender da grande crise industrial. Assim, a economia solidária só se fortaleceu em 1991, com a falência da empresa Makerli, de Franca/SP, oportunidade na qual foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), dando fomento e apoio à transformação de empresas falidas em cooperativas. No mesmo sentido, foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo.

Porém, foi apenas em 1993 que a economia solidária apareceu pela primeira vez na literatura brasileira, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, do autor chileno Luis Razeto:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (Razeto, 1993, p. 40).

No ano de 2003, foram criados atores institucionais fundamentais para o desenvolvimento da economia solidária, sendo eles: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego; a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; as Incubadoras de Empreendimentos Solidários; os Conselhos de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Nesse aspecto, no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego são relatadas informações relevantes sobre o funcionamento da SENAES e o volume de empreendimentos solidários atualmente cadastrados no Brasil:

No Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, as ações ocorrem no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária – SENAES/MTE, nos Departamento de Parcerias e de Projetos, e contempla atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e

do crédito, observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura.

Os grupos – intitulados Empreendimentos de economia solidária (ESS) – existem no campo e nas cidades e geralmente são organizações coletivas de trabalhadores: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.

De acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CadSol), foram cadastrados 20.662 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), beneficiando cerca de 1,423 milhão de pessoas, distribuídas em todo o território nacional, que desenvolvem uma extensa e expressiva variedade e quantidade de produtos e serviços (Economia... 2023).

Desde então, o movimento da economia solidária tem crescido cada vez mais, buscando a emancipação social de seus beneficiados, que, por meio do humanismo aplicado à atividade econômica, privilegia o trabalho coletivo, a autogestão e a justiça social.

### **3 O contexto em que se inserem as incubadoras tecnológicas**

Apresentadas as breves linhas gerais sobre o cenário em que se insere a economia solidária, suas características e aspirações, deve-se reconhecer o importante papel desempenhado pelas ITCPs, seu campo de atuação e características singulares.

Ante o surgimento e acolhimento de novas formas de “economia solidária” no meio social, como as já citadas por Singer (associações de produtores e consumidores, recuperação de fábricas falidas, cooperativas populares etc.), as universidades brasileiras, assim como outras instituições de ensino latino-americanas, passaram a questionar e refletir sobre sua própria função diante da sociedade (Cruz, 2004). Nesse sentido, a Rede Unitrabalho, o Movimento Nacional de Alfabetização e a formação de agentes comunitários de saúde são todos exemplos dessas investidas. Para além dessas experiências, então, surgem as ITCPs.

#### **3.1 Breve histórico das ITCPs**

No Brasil, o pontapé inicial para o surgimento das ITCPs ocorreu no Rio de Janeiro, em 1996, quando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) valeu-se de um dos principais campos de pesquisa em tecnologia na América do Sul para sua implementação. Esse centro era denominado de Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPE). Na época, havia questionamento por parte da sociedade sobre o real papel da COPE/UFRJ, relativamente às propostas de resolução de problemas sociais enquanto unidade pesquisadora.

Assim, a indagação geral se conectava ao “porquê?” e “para quê?” servia toda a tecnologia pesquisada e desenvolvida com dinheiro público nas universidades.

Por esse viés, pesquisadores decidiram estudar formas alternativas a dois programas financiados pelo governo federal e tidos como “clássicos” no embate contra o desemprego, mesmo que sob duras críticas até então. O primeiro era o programa de incubadoras de empresas que, de certo modo, já atendiam a um grupo seletivo, pois eram direcionados aos alunos de universidades, ou centros de pesquisa, ao mesmo tempo em que geravam poucos postos de empregos, pois os custos de manutenção dessas incubadoras eram relativamente altos. Por sua vez, a segunda alternativa de investimento (que gerava resultados ínfimos) era voltada aos programas de qualificação de trabalho.

É nesse contexto, enfim, que nascem as incubadoras tecnológicas no país. Com essa iniciativa da COPE/RJ, diversas outras universidades federais tomaram frente, inaugurando ITCPs ao longo dos Estados. Um reforço a esse contexto foi a criação de uma “Rede de ITCPs” pela Rede UNITRABALHO, em 1998, que, de modo geral, impulsionou o movimento em si, levando ao surgimento de novas incubadoras (Cruz, 2004).

### 3.2 Conceitos, interesses gerais e metodologias das ITCPs

Sobre as Incubadoras Populares, pode-se dizer que se referem aos programas de apoio aos empreendimentos solidários realizados pelas universidades, muitos deles feitos sob caráter de extensão universitária de pesquisa e desenvolvimento. Esses programas estão sob a tutela de professores, servidores e alunos interessados na prática da transformação social por meio desses mecanismos, abarcando coletividades pré-existentes e lhes proporcionando oportunidades de melhorias em seus campos de atuação.

Logo, nesses programas são realizados os processos de incubação, que, por sua vez, referem-se às práticas consecutivas que formarão o empreendimento solidário e, na maioria das vezes, serão transformadas em cooperativas populares. Destarte, na incubação se oferece à comunidade interessada informações sobre economia solidária, palestras educativas, oficinas e, principalmente, a qualificação da mão de obra, assim como o ensino da autogestão e organização dos trabalhadores, proporcionando a independência desses frente ao modelo capitalista e suas problemáticas de mercado e labor.

As incubadoras se pautam em ideais fundamentais para a promoção da busca pela equitatividade econômica de seu público-alvo, que, por sua vez, corresponde àqueles:

(...) trabalhadores desempregados, subempregados, em risco de perda de emprego, pequenos produtores e trabalhadores autônomos, seja da zona quanto da zona urbana, que tenham como objetivo organizar-se em associações, visando geração de renda, através do trabalho associativo (Bergonsi, 2007, p. 23).

Visa-se uma atuação das incubadoras que possibilite uma mescla entre atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social com as políticas públicas de fomento à economia solidária. Existe uma ânsia por tecnologia social, “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (Dagnino, 2010, p. 11). Essa demanda não é recente e vem sendo apontada como primordial para o desenvolvimento da economia solidária e para a viabilidade dos empreendimentos.

Por outro viés, tais princípios são resgatados em análise feita das incubadoras ao nível nacional na última *Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC*, realizada com a observação de 64 Incubadoras no ano de 2017.

É interessante observar que o PRONINC menciona expressamente princípios importantes, a exemplo da aplicação da concepção de **educação popular, a participação e os métodos participativos, destacando-se a área da pesquisa-ação**, assim como o conceito de **autogestão**. Por outro viés, as incubadoras buscam uma **autonomia e emancipação** de seus trabalhadores, o **respeito à economia solidária, à cooperação e ao cooperativismo**, bem como à considerável relevância da **adequação sociotécnica e do desenvolvimento de tecnologias sociais**. Por fim, mas não menos importante, busca-se a **igualdade de gênero e maior participação feminina** (Addor; Menafrá, 2017, p. 83).

Mesmo com tantas temáticas dignas de abordagem, cumpre salientar aqui o caráter não uniforme das ITCPs, decorrente, pois, dos contextos em que elas se inserem. Em outras palavras, ao tratar-se das incubadoras, sempre devem ser consideradas as particularidades dos grupos que serão acompanhados, o que impossibilita uma padronização. Como maior exemplo, tem-se a diversidade regional, dada a enorme extensão territorial brasileira. Em determinadas áreas, as incubadoras buscam atender com maior ênfase os pequenos agricultores. Em outras, mais a grupos vulneráveis das favelas, ou, em outras situações, a busca na recomposição empregatícia em casos de quebras de empresas.

De todo modo, superadas essas especificidades, pode-se dizer que, de modo geral, as incubadoras adotam um sistema não homogêneo, mas que é o mais comum: a incubação por etapas. Dentre essas etapas, é essencial destacar-se aqui as quatro principais: 1<sup>a</sup> - a pré-

incubação; 2ª - o curso básico de cooperativismo; 3ª - a incubagem; e 4ª - a avaliação continuada.

Pretende-se, no próximo tópico, realizar uma breve abordagem sobre essas etapas por um exemplo sólido de incubadora: a ITCP da Universidade Federal do Paraná, com seus métodos e meios de atuação.

#### **4 A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná**

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) teve seu início em 1998, após um grupo de professores e alunos participarem do Seminário Nacional de Divulgação de Incubadoras de Cooperativas na Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ.

Como escopo principal de sua atuação, encontra-se a promoção de ações que visem possibilitar a efetivação da economia solidária pelas articulações com políticas públicas do governo federal e estadual. Nessa toada, tem-se a busca pela geração de renda e trabalho, qualidade de vida, qualificação profissional, desenvolvimento da cidadania e, por fim, pela contribuição na inserção social dos trabalhadores no desenvolvimento sustentável local.

Dessas características, o que se extrai é que as ITCPs detêm uma função social perante a coletividade, pois suas atuações visam o cumprimento do papel das universidades na produção e na difusão do conhecimento via capacitação dos agentes públicos, bem como de pessoas interessadas na economia solidária e no cooperativismo por meio de serviços comunitários, mirando sempre o bem comum.

##### **4.1 As etapas da incubação segundo a ITCP/UFPR**

Conforme já informado, o processo metodológico de incubagem das cooperativas populares pressupõe algumas etapas — 1) ações de pré-incubagem; 2) curso básico de cooperativismo; 3) incubagem e avaliação continuada —, sendo todas essenciais para a efetivação do programa.

Nas ações de pré-incubagem, realiza-se o diagnóstico participativo de cooperativas (DPC) por meio de diversas reuniões, encontros e oficinas que envolvem tanto os técnicos envolvidos no projeto quanto os grupos de pré-cooperados. Nessas ocasiões, se busca delinear a visão dos cooperados sobre o cooperativismo e o empreendedorismo como alternativa de economia. Com o assessoramento, a capacitação e o acompanhamento como eixos centrais,

busca-se, ainda, além de traçar os passos da incubação, realizar a projeção dos bons resultados futuros. Nessa etapa, ainda se observam as condições de mercado e o negócio enquanto empreendedorismo econômico e social, bem como a realização de oficinas para que os cooperados possam refletir sobre as doutrinas e filosofias que tratam do cooperativismo, articulando seus conceitos com os de mercado.

A partir dessa etapa, ocorrem consultorias sobre o mercado e análises sobre o potencial do empreendimento. Após isso, o grupo passa a estudar as legislações principais para dar andamento às questões legais para elaboração de um estatuto e legalização do empreendimento da cooperativa, o que pode variar de um período de quatro a seis meses, a depender da atividade escolhida e das especificidades do grupo.

Passa-se, então, para a segunda etapa, a do curso básico de cooperativismo, eis que algumas ações são desenvolvidas no sentido de desenvolver habilidades básicas nos cooperados. Essas ações consistem na apresentação de conceitos, doutrinas, objetivos, princípios e valores do cooperativismo. Assim, objetiva-se tornar os cooperados aptos a distinguir conceitos de empresa e empresários etc., bem como difundir a organização, a estrutura e o *modus operandi* das cooperativas.

A terceira etapa, denominada de incubação, inicia-se após a constituição da cooperativa enquanto pessoa jurídica, podendo durar de 18 a 24 meses, chamada de consolidação cooperativa (CCO). A CCO compreende o período de consolidação do grupo por meio de processos de capacitação e assessoramento, que vão desde o oferecimento de oficinas de trabalho, que insere o cooperado no cenário de negócio, até o plano de *marketing* cooperativo, dentre outros temas relevantes à formação do trabalhador.

Busca-se despertar as habilidades gerenciais no cooperado, introduzindo-o à estrutura funcional e organizativa de uma cooperativa, apresentando-lhes conceitos, princípios e mecanismos da autogestão, definindo parâmetros de qualidade, assessorando na pós-constituição da cooperativa na perspectiva jurídica, de gestão financeira, econômica e contábil. Por fim, tem-se a avaliação continuada, na qual se avalia por indicadores sociais: a qualidade técnica e pessoal dos profissionais cooperados; a qualidade do serviço, a participação política e a inserção das cooperativas nos debates locais; a organização do grupo etc. Em contrapartida, avalia-se também o trabalho ofertado pela ITCP e pela cooperativa, conjuntamente, para servir como subsídio para possíveis modificações em experiências futuras.

A partir dessa estrutura metodológica, pelo balanço do cumprimento dos valores e pela atenção aos princípios cooperativos, permitir-se-á medir a responsabilidade social de cada cooperativa. Nessa fase, contempla-se o processo de desincubação, constituindo-se oficinas de

Avaliação e Estratégias de Crescimento (AEC), que priorizam a inclusão da cooperativa nas redes de cooperação, financiamento, negócios e projetos locais.

## 5 Políticas públicas e economia solidária

Para corretamente abordar o tema da economia solidária, é preciso uma abordagem sucinta sobre o que é o conceito de políticas públicas. Não se pretende, aliás, apresentar a vasta produção bibliográfica dedicada à definição da expressão “Políticas Públicas”, que é plurívoca, conforme demonstra Celina Souza (2006). Aliás, buscando representar os diferentes sentidos de políticas públicas, a autora acrescenta:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

Assim, para os fins do presente estudo, compreende-se que as políticas públicas são ações e programas desenvolvidos e aplicados pelo Estado para assegurar e colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal e em outras Leis, dedicados a garantir o bem-estar da população. Essa noção preliminar, no entanto, não se aplica apenas aos direitos que estejam previstos em Lei, mas a qualquer direito que, com o passar do tempo, seja destacado como necessário para a melhoria das condições de vida da população em geral.

Do mesmo modo, Maria das Graças Rua, de maneira muito didática, acrescenta interessante síntese bibliográfica sobre a diferenciação entre política pública e decisão pública:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (Rua).

É por meio desse aparato do poder público que a população pode ter acesso à saúde, ao lazer, à educação, ao saneamento e aos outros bens e serviços necessários para viver com dignidade. É obrigação primordial e indispensável do Estado Democrático de Direito zelar por

seus cidadãos e as políticas públicas são o instrumento utilizado para fazer isso, daí sua extrema importância. As políticas públicas podem ser originadas principalmente por iniciativa dos Poderes Executivo ou Legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos setores. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas é assegurada, em alguns casos, na própria lei que as institui.

Audiências públicas, encontros e conferências setoriais também vêm sendo apontados como instrumentos de extrema importância, se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos segmentos da sociedade no processo de participação e controle social. As políticas públicas estão normalmente constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica.

Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos, ao passo que os programas determinam de modo preciso os objetivos gerais e específicos focados em determinado tema público, conjunto institucional ou área geográfica. Já as ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo programa e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação. Nesse aspecto, contextualiza Valmor Schiochet sobre as possibilidades (e desafios) da compreensão da economia solidária enquanto política pública a ser valorizada na experiência brasileira:

Do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais.

Esse experimentalismo foi tomando corpo e maior organicidade com a disposição dos gestores para a troca de informações e experiências. Neste sentido, a constituição da Rede de Gestores destas políticas permitiu um salto de qualidade para o debate e as práticas das agora denominadas “políticas públicas de economia solidária”. Isto porque a iniciativa dos gestores de dialogarem entre si, trocarem experiências, saber o que estava sendo implementado nos municípios e estados e realizar avaliações críticas foi consolidando uma compreensão de que havia unidade na diversidade. A Rede de Gestores foi fundamental para construir um processo de identidade do que se entende hoje por política pública de economia solidária.

A realização de processos mais sistemáticos de oficinas e atividades formativas de gestores – ampliadas com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – permitiram a sistematização de documentos e declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas públicas de economia solidária. Tal acúmulo de práticas e reflexões foi fundamental para a elaboração do texto-base da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006 (I Conaes). Com as deliberações da conferência, as políticas públicas de economia solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de economia solidária no país.

A própria conferência e, em especial, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – e ainda, posteriormente, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária – configuram uma nova institucionalidade no Brasil para as políticas de economia solidária.

No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de economia solidária: “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Por isso, a economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária. Como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da economia solidária em direitos dos(as) trabalhadores(as) e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? Portanto, a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária refere-se a dois aspectos: i) sua caracterização de política de governo para política de Estado, entendendo que a economia solidária representa uma possibilidade de que as políticas governamentais sejam permanentes, por serem apropriadas pela estrutura de Estado, não é só pela equipe de governo; e ii) sua inserção no campo dos direitos, da constituição de sujeitos de direitos e das obrigações públicas (deveres do Estado para assegurar este conjunto de direitos) (Schiochet, 2009, p. 57).

Logo, a necessidade de que a economia solidária seja enxergada como política pública de Estado, isto é, independentemente das preferências político-partidárias do governo vigente ao tempo em que tais políticas públicas sejam necessárias, são evidentes diante dos resultados positivos trazidos pelas experiências pautadas nos princípios de economia solidária para setores estratégicos da sociedade brasileira.

Tais empreendimentos solidários devem ser valorizados e fomentados enquanto veículos capazes de fortalecer direitos econômicos e sociais, pois também encontram supedâneo no próprio artigo 170 da Constituição Brasileira de 1988, que dispõe: “Artigo 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)” (Brasil, 2023). Não por acaso, acrescenta Sandro Lunard Nicoladeli, enxergando a necessidade de fomento ao cooperativismo e ao associativismo (e, naturalmente, à luz dos princípios da economia solidária):

Logo, a implementação do cooperativismo e o associativismo como resposta à crise do trabalho assalariado caracteriza-se como um novo eixo de desenvolvimento econômico e social. Ao estimulá-los, conferimos factibilidade aos comandos normativos constitucionais, destacando-se: o princípio solidarístico insculpido como valor fundante da República Brasileira (artigo 3º, inc. I), bem como os artigos 5, inc. XVIII, e 174, § 2º, que estimulam o associativismo e o cooperativismo como formas de organização da atividade econômica. Só essas formas são capazes de resgatar a primazia do trabalho humano como valor fundante da ordem econômica previsto nos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988 (Nicoladeli, 2007, p. 146).

Nesse sentido, destacam-se, dentre alguns princípios fundantes da ordem econômica, a propriedade privada e sua função social, assim como a livre concorrência, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca pelo pleno emprego, sem esquecer também (ainda que cooperativas não sejam propriamente “empresas”) da proteção das microempresas e empresas de pequeno porte, que, de certa forma, também demonstra a intenção legislativa de fomento e de proteção aos pequenos empreendedores.

Em outras palavras, a proteção e o incentivo aos empreendimentos de economia solidária se harmonizam aos próprios direitos econômicos (e sociais) pautados pela Constituição Brasileira.

## 6 ITCPs como políticas públicas

A tarefa principal das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária é apoiar os empreendimentos solidários. Porém, na prática cotidiana, verifica-se um alargamento de tais funções, pois prestam assessorias pontuais, atuam na difusão da economia solidária e no fortalecimento das políticas públicas de apoio ao setor. Embora a rede de ITCPs abranja mais de 65 instituições de ensino, depara-se com um número considerável de demandas de incubação que não são atendidas pela escassez de recursos, na maioria das vezes.

O Programa de Apoio a Cooperativas de Incubadoras Populares (Proninc) realizou um estudo, usando como recorte a chamada 089/2013, que destinou recursos a 84 Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária em todo o país, avaliando o desempenho das incubadoras apoiadas, tanto sua inserção nas Instituições de Ensino Superior (IES) quanto os resultados obtidos em termos de impactos nos empreendimentos e na vida dos seus participantes (Addor; Menafra, 2017).

As 64 incubadoras pesquisadas realizaram 776 empreendimentos solidários, com 22.562 trabalhadores, integrantes dos mais variados segmentos econômicos, muitos dos quais pertencentes à categoria do Plano Brasil sem Miséria. Desses trabalhadores, 10.847 eram agricultores familiares, 2.328 catadores e 2.704 artesãos (Addor; Menafra, 2017). Todos receberam capacitações por meio de oficinas, formações, assessorias, palestras, dentre outros.

**Tabela 1:** Desempenho das incubadoras em diferentes dimensões

Item	Linha a	Linha b	Total (64 incubadoras)	Projeção total (84 incubadoras)
Integrantes que passaram pelas incubadoras	1022	831	1853	2751
Publicações acadêmicas	1790	1222	3012	4490
Publicações técnicas	2258	1481	3739	5719
Empreendimentos apoiados	381	395	776	1106

Trabalhadores dos empreendimentos 8611 13951 22562 32009

**Fonte:** Addor e Menafrá (2017). Nota: a projeção foi feita calculando os números para as 20 incubadoras da Linha A não visitadas, com base na média das 21 incubadoras da Linha A estudadas.

Nesse contexto, apresenta-se breve discriminação das 64 incubadoras avaliadas pelo Proninc:

**Quadro 1:** Incubadoras avaliadas por região — Região Centro Oeste

Nome	Estado
Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária – INTECSOL/UNB	Distrito Federal
Incubadora de Empreendimentos Solidários – IFB/Gama	Distrito Federal
Incubadora Social da UFG	Goiás
Incubadora de Empreendimentos Sociosolidários – INESSOL/UFG/Catalão	Goiás
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira – UFMS/Corumbá	Mato Grosso do Sul
Incubadora Pantanal do Médio Alto Taquari (Incuba Pantanal) – IFMS/Coxim	Mato Grosso do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFMS/Campo Grande	Mato Grosso do Sul
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis – INCUBEES/UNEMAT/Cáceres	Mato Grosso
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFMT	Mato Grosso
Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis – IOCASS/UNEMAT/TANGARÁ DA SERRA	Mato Grosso

**Fonte:** Addor e Menafrá (2017).

**Quadro 2:** Incubadoras avaliadas por região — Região Sul

Nome	Estado
Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL/UEPG	Paraná
Trilhas Incubadora Social Marista – PUC/PR	Paraná
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IEES/CAU/UEM	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFFS/Cantuquiriguaçu	Santa Catarina
Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias – INDIOS/UNIOESTE	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Parque Tecnológico Itaipu – FPTI	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNIPLAC	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – FURB	Santa Catarina
Incubadora Tecno-Social- IFRS/Porto Alegre	Rio Grande do Sul
Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da UNIJUÍ	Rio Grande do Sul
Incubadora Social – UFSM	Rio Grande do Sul
Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social – PUC/RS	Rio Grande do Sul
Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários – UFFS/Centro Largo	Rio Grande do Sul
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas – NESIC/UCPel	Rio Grande do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNISUL	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIVALI	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Economia Popular e Solidária – ITEPS/IFSC/Araranguá	Santa Catarina

**Fonte:** Addor e Menafrá (2017).

**Quadro 3:** Incubadoras avaliadas por região — Região Sudeste

Nome	Estado
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNIFAL/Varginha	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ICA/UFMG/Montes Claros	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFV	Minas Gerais
Núcleo de Estudos sobre o trabalho humano – NESTH/UFMG	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNIMONTES	Minas Gerais

Núcleo Alternativas de Produção – NAP/UFMG	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – COPPE/UFRJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis – ITESS/CEFET/RJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – IFF/Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Polo	Rio de Janeiro
Universitário da UFF/Volta Redonda – InTECSOL	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – IFRJ/Realengo	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNICAMP/Limeira	São Paulo
Incubadora de Cooperativas Populares – Incop/Unesp/Assis	São Paulo
Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol/UFSCAR	São Paulo
Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – UFP/Ribeirão Preto	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – UFVJM-CM	Minas Gerais

Fonte: Addor e Menafra (2017).

**Quadro 4:** Incubadoras avaliadas por região — Região Nordeste

Nome	Estado
Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL/UFAL	Alagoas
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária/INTEESOL/UNILAB	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCEG	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS/UFCA	Ceará
Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários – FPA	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial – ITES/UFBA	Bahia
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários – UAG/UFRPE	Pernambuco
Incubadora de Tecnologias Sociais – UFPE	Pernambuco
Incubadora Criativa S3 (Social, Solidária e Sustentável) – UNEB	Bahia
Centro de Formação e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária para mulheres de comunidades tradicionais urbanas e rurais – UNIVASF	Pernambuco
Incubadora da UNCISAL	Alagoas
Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES/UFPB	Paraíba
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Autogestão – UFC	Ceará
Incubadora Popular e Solidária do Vale do Mamanguape Paraibano – INCUPOESP/UFPB	Paraíba
Projetos de Engenharia e Gestão Aplicados ao Desenvolvimento Ambiental e Social – PEGADAS/UFRN	Rio Grande do Norte
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – ITES/PADETEC	Ceará

Fonte: Addor e Menafra (2017).

**Quadro 5:** Incubadoras avaliadas por região — Região Norte

Nome	Estado
Incubadora de Linguagens Digitais de Empreendimentos de Economia Solidária – UFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC/IFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – ITES/UFRA	Pará
Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicional do Acre – INCUBAC/IFAC	Acre

Fonte: Addor e Menafra (2017).

Os gastos obtidos com os projetos enviados pelas 84 incubadoras no edital 89/2013 somaram quase R\$ 16 (dezesseis) milhões. Os estudos realizados pelo Proninc apontam que o custo médio por trabalhador, a partir da projeção de empreendimentos e trabalhadores atingidos

pelo trabalho de assessoria realizado, foi de R\$ 517,01 (quinhentos e dezessete reais e um centavo). Considerando-se que os projetos deveriam ser realizados no período de 24 meses, conclui-se que o custo mensal por trabalhador é de R\$ 21,54 (vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos) (Addor; Menafra, 2017).

Ainda, veja-se a tabela abaixo:

**Tabela 2:** Relação custo-benefício — edital/chamada 89/2013

<b>Valor total executado</b>	<b>R\$ 15.578.569,67</b>
Incubadoras apoiadas	84
Média de recursos por incubadora	R\$ 185.459,16
Média de recursos por empreendimento	R\$ 14.085,51
Média de recursos por trabalhador	R\$ 517,01
Média de recursos por trabalhador por mês	R\$ 21,54

**Fonte:** Addor e Menafra (2017).

O baixo custo para a implementação dos empreendimentos solidários é apenas uma parte ínfima do que é alcançado pelas incubadoras, haja vista os impactos qualitativos, sociais e subjetivos. Além do aumento da renda dos beneficiados, a participação nas decisões do empreendimento, a autoestima, o reconhecimento, a cooperação no empreendimento, as relações com o entorno e as condições de trabalho repercutem positivamente na vida dos trabalhadores.

## **7 Entrevista com representante da ITCP da Universidade Federal do Paraná**

Finalmente, o presente estudo realizou pesquisa de campo para obter informações úteis às reflexões trazidas pela pesquisa. Nesse sentido, foi realizada entrevista com Sandro Miguel Mendes<sup>5</sup>, atual representante da ITCP da Universidade Federal do Paraná<sup>6</sup>. Considerando a relevância das informações obtidas, alguns trechos mais importantes da entrevista foram reproduzidos abaixo:

<sup>5</sup> Sandro Miguel Mendes possui graduação em Administração pela Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda (2005). É especialista em Gestão Pública e Administração Pública, técnico da Universidade Federal do Paraná, desenvolvendo suas atividades na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Tem experiência na área de Administração Pública, atuando durante oito (8) anos como secretário municipal em Almirante Tamandaré-PR. Durante sua vida profissional, tem trabalhado principalmente nos seguintes temas: planejamento, elaboração de planos municipais, organização de audiências públicas, gestão de contratos e convênios, palestras, economia solidária, turismo comunitário, organização comunitária e desenvolvimento local. Mestre em Turismo na UFPR, linha de pesquisa: organizações turísticas públicas e privadas, pesquisador CNPQ.

<sup>6</sup> Sobre o funcionamento, fundamentos teóricos, estratégia e execução de trabalho do ITCP-UFPR, foram publicados relevantes trabalhos, a exemplo dos estudos organizados por Sandra Suely Soares Bergonsi e Gustavo Biscaia de Lacerda e, em especial, à luz da economia solidária (Bergonsi; Lacerda, 2007, p. 15- 2; Lacerda; Silva, 2007, p. 15- 27; Nicoladeli, 2007, p. 135-154; Iaskio, 2007a, p. 49-66; Iaskio, 2007b, p. 155-176; Bal, 2007, p. 177-212; Pazello, 2007, p. 103-118; Carniatto, 2007, p. 229-240). Finalmente, sobre os aspectos econômicos e jurídicos do cooperativismo popular, consulte-se também Opuska (2012).

**1. Sandro, com toda sua experiência na área, sendo um dos pioneiros da implantação dessa iniciativa no Paraná, tendo acompanhado todo o percurso dessa ITCP e suas dificuldades, poderia dar uma ideia sobre os resultados e contribuições que a ITCP da Universidade Federal do Paraná trouxe para a coletividade?**

Trabalho na ITCP, há 4 anos, a ITCP já existe a 20 anos, neste período que estou nesta atividade, posso afirmar que houve resultados em dois aspectos, primeiro na coletividade interna, ou seja, o ganho para os alunos que participam como bolsistas ou voluntários na ITCP, ao realizar atividades externas à universidade, os bolsistas da ITCP são preparados previamente e amplamente antes de cada vivência com as comunidades. As vivências são pensadas pela ITCP com o intuito de aproximar os alunos e as comunidades atendidas objetivando a transformação de ambos. Busca-se discutir metodologias inovadoras que contribuem para a formação dos futuros profissionais e estendidas as comunidades. O segundo ponto são os grupos atendidos pelos projetos, em que a extensão universitária cumpre seu papel científico investigativo, as experiências acumuladas nas comunidades retornam para a Universidade, são refletidas sob diferentes referenciais teóricos, sistematizadas e publicadas na forma de produção científica. Além de ter o desenvolvimento territorial, organização comunitária e a geração de renda como objetivo importante no desenvolvimento das ações.

**2. Ainda, considerando todo o cenário de sucateamento do aparato social público, ou seja, das instituições e iniciativas que visem colaborar com a população, poderia apresentar sua perspectiva sobre a situação das ITCPs no Brasil?**

A conjuntura nacional não está favorável aos programas sociais, há mais de dois anos os recursos para este tipo de atividade são escassos, a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, foi rebaixada a subsecretaria, O PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras Populares teve uma redução drástica nos recursos, as Universidades não possuem recursos próprios para manter as incubadoras, apenas no último semestre duas incubadoras deixaram de existir, neste sentido, entendo que é necessária uma ação conjunta de universidades, professores, técnicos e alunos, bem como as comunidades e empreendimento atendido, para sensibilizar o governo federal sobre a importância e o papel social desenvolvido pelas ITCPs em todo território nacional.

**3. Por fim, como é o próprio escopo do presente trabalho, ao que já lhe fora apresentada a ideia principal, qual seja a de implementação das ITCPs como políticas públicas, poderia se manifestar sobre? Qual sua visão sobre a viabilidade e importância dessa possibilidade?**

Sem sombra de dúvidas que o fortalecimento das ITCPs como políticas públicas seria um avanço extraordinário, poderíamos começar com o fortalecimento do PRONINC como fonte de fomento e apoio financeiros as ITCPs. O custo das ITCPs é muito baixo, vejamos em 2017 foi elaborada uma avaliação do PRONINC, e nessa avaliação o investimento per capita nos empreendimentos atendidos com geração de emprego e renda foi de R\$ 21,54 por trabalhador mês. Isso comprova a eficiência e a eficácia do trabalho realizado pelas ITCPs (Informação verbal)<sup>7</sup>.

## 8 Conclusões

O presente estudo busca reconhecer a importância das ITCPs como instrumentos de emancipação social. Partindo das experiências supra analisadas — da eficiência do programa, de sua efetividade e de sua força transformadora na vida dos trabalhadores que participam e na comunidade na qual estão inseridos —, percebe-se que as cooperativas populares, que são frutos

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Sandro Miguel Mendes aos autores.

dos trabalhos desenvolvidos nas incubadoras, vão além de garantir a geração de renda às famílias, promovendo a integração dos cooperados e a sua inclusão na sociedade.

Partindo dessa experiência prática, verificou-se que essas iniciativas têm todo o potencial necessário para uma possível mudança social na vida de seus beneficiados, pois trazem em seu bojo impactos positivos tanto na perspectiva econômica quanto na perspectiva social. Do ponto de vista econômico, ressalta-se o que já era alertado por Owen em 1817: o maior desperdício em qualquer crise econômica é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. A reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho permite movimentar a economia local, gerando um maior desenvolvimento na região. Por outro lado, a inclusão dos cooperados na sociedade repercute beneficentemente em todas as esferas da vida social.

Como marco das Incubadoras Tecnológicas Populares, milhares de cidadãos já obtiveram meios de se colocarem junto ao mercado e ressalte-se: com vantagem grandiosa decorrente dos ensinamentos da economia solidária e do cooperativismo, nos quais aprenderam como desenvolver o trabalho em coletividade. Assim, ainda que o objetivo concreto de implementação das ITCPs como Políticas Públicas não seja alcançado, a reunião dessas informações demonstra a necessidade de que os governos tomem partido nessas ações e, mais do que isso, enxerguem que a contraprestação com relação a essa opção é nitidamente exorbitante ao levar em conta o grau de investimento.

Ademais, o trabalho das ITCPs não acaba com a implementação da cooperativa popular: acompanha o seu desenvolvimento prestando assessoria contínua aos trabalhadores. Tal característica é fundamental, porque não se trata de uma proposta de política pública emergencial, antes possui um caráter estrutural, o qual terá acompanhamento por parte dos gestores para que se fortaleça cada vez mais.

Portanto, considera-se, a partir da análise empreendida nesse trabalho, que o apoio e o estímulo às ITCPs (e iniciativas similares), já existentes e que serão criadas, é necessário enquanto política pública, considerando o impacto social e os resultados alcançados por essas experiências, especialmente para trabalhadores que, não raramente, possuiriam dificuldade para inserção no mercado formal de trabalho. Nesse aspecto, a implementação das Incubadoras Tecnológicas Populares é alternativa viável e de baixo custo, já que, com um investimento reduzido — ao se fazer uma breve comparação de suas despesas com as demais políticas públicas existentes — milhares de pessoas são beneficiadas, afastando-as da faixa da miserabilidade.

## Referências

ADDOR, F.; MENAFRA, R. P. (coord.). **Avaliação do Proninc - Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Relatório Final**. Rio de Janeiro: Editora Grupo Multifoco, 2017.

ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. *In*: CATTANI, A. D. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 232-241.

BAL, M. M. Viabilidade econômica de empreendimentos de Economia Solidária: estudo de caso da Coopermandi. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007. p. 177-212. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

BERGONSI, S. S. S. Estrutura e Funcionamento da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná - ITCP - UFPR. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007. p. 15-31. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

CARLEIAL, L. Economia Solidária e Informalidade: Pontos de Aproximação, Propriedade Conceitual e “Novos” Desafios para a Política Pública. *In*: CONGRESSO DA FIEALC, 11., 2003, Osaka. **Anais** [...]. Osaka: Universidade de Osaka, 2003.

CARNIATTO, I. V. Diretrizes para a gestão do design em cooperativas populares Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007. p. 15-31. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

COLE, G. D. H. **A century of Cooperation**. Manchester: Cooperative Union Ltd., 1944.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina, 2021**. Resumo executivo (LC/PUB.2021/18). Santiago: Nações Unidas, 2022.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **CAYAPA - Revista Venezuelana de Economía Social**, v. 4, n. 8, jul./dec. 2004. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/18679/articulo4-8-2.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2023.

DAGNINO, R. Apresentação. *In*: DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia social: Ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010a. p. 7-22.

DEFOURNY, J. [Entrevista concedida a] Noëlle Lechat. **CESL**, Liège, 15 jun. 2001.

ECONOMIA popular solidária. **Ministério do Trabalho e Emprego**, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 20 out. 2023.

GOMES, I. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE Notícias**, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em,7%20milh%C3%B5es%20na%20extrema%20pobreza>. Acesso em: 20 out. 2023.

IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária? *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007. p. 49-66. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

IASKIO, E. L. S. A economia política da economia solidária: limites, desafios e possibilidades. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007b, p. 155-176. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

DESEMPREGO. **IBGE**, [2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 20 out. 2023.

LACERDA, G. B.; SILVA, D. R. P. Problematizando o trabalho com grupos populares: as ações de pré-incubação da ITCP-UFPR. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007. p. 33-48. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

LECHAT, N. M. P. As raízes da economia solidária e o seu aparecimento no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

NICOLADELI, S. L. Economia Solidária: A consolidação jurídica de uma política pública. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007, p. 135-154. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

OPUSKA, P. R. **Cooperativismo Popular: Análise Jurídica e Econômica**. Curitiba: Juruá, 2012.

PAULA, A. P. P. *et al.* A Economia Solidária e a questão do Imaginário: em busca de novas perspectivas. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 18, n. 57, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11152>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PAZELLO, R. Cooperativismo freireano: uma atividade de comunicação. *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC – UFPR, 2007, p. 103-118. Disponível em: [https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro\\_itcp\\_cooperativismo\\_economiasolidaria.pdf](https://mestradoisie.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/livro_itcp_cooperativismo_economiasolidaria.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

POBREZA extrema na região sobe para 86 milhões em 2021 como consequência do aprofundamento da crise social e sanitária derivada da pandemia da COVID-19. **CEPAL**, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-extrema-regiao-sobe-86-milhoes-2021-como-consequencia-aprofundamento-crise>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. *In*: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. [S.l.]: UNIVALI, [S.d.]. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise (BMT)**, n. 40, p. 55-59, ago. 2009. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4085/1/bmt40\\_08\\_ECONS\\_institucionalizacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4085/1/bmt40_08_ECONS_institucionalizacao.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia solidária: Introdução, história e experiência brasileira**. São Paulo: UNESP, 2022.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.